

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- | | |
|---|--|
| <p>1 A vida humana selvagem, as culturas arcaicas e tradicionais, a sociedade pré-técnica tanto quanto a sociedade industrial, a era tecnológica e o processo de globalização</p> <p>4 carregam seus respectivos sentidos éticos. Esses sentidos surgem ora de forma explícita, ora como uma semente desconhecida que, em um dia longínquo, se transformará no</p> <p>7 <i>ethos</i> total e universal. Trata-se de uma exigência gravada misteriosamente no espírito humano, que busca a plena harmonia com o cosmos.</p> <p>10 Não importam nem as circunstâncias históricas nem os diferentes nomes que a acompanharam: a ética tem sido como que uma forma de consciência das sociedades</p> <p>13 humanas, iluminadora dos caminhos a serem seguidos em busca de um ideal de perfeição que, apesar de todas as suas relatividades, está sempre à procura de algo universal e</p> <p>16 duradouro, acima dos particularismos e das vicissitudes do cotidiano.</p> <p>Eis por que, sob todas as facetas, o <i>ethos</i> humano</p> <p>19 busca construir a sua identidade e, ao mesmo tempo, afirmar os contornos da sua universalidade, na antevisão de uma sociedade perfeita. A ética é perene porque nos aponta o</p> <p>22 caminho da realização do ser humano em suas relações com os semelhantes e com o mundo à sua volta, por meio da consideração radical daquilo que se convencionou chamar de</p> <p>25 direitos e deveres dos indivíduos e das sociedades.</p> <p style="text-align: center; font-size: small;">José de Ávila Aguiar Coimbra. Perenidade de uma ética sem fronteiras.
In: Fronteiras da ética. São Paulo: SENAC, 2002, p. 25 (com adaptações).</p> <p>Acerca do texto acima e de conhecimentos extratextuais relacionados ao tema nele abordado, julgue os itens a seguir.</p> <p>1 O texto defende a idéia de que a ética pode tornar-se suficientemente relativa para pulverizar-se em múltiplas vertentes que, opostas entre si, correspondam à diversidade da natureza humana.</p> <p>2 A inserção de vírgula imediatamente após a palavra “globalização” (l.3) manteria as relações sintáticas e a correção gramatical do período.</p> | <p>3 Em “os diferentes nomes que a acompanharam” (l.11), o pronome “a” constitui elemento coesivo e se refere, de forma antecipada, à palavra subsequente — “ética” (l.11).</p> <p>4 Em “tem sido como <u>que</u>” (l.11-12), o termo sublinhado pode ser eliminado sem prejuízo para a correção gramatical do período.</p> <p>5 Na linha 23, o emprego do sinal indicativo de crase na expressão “mundo à sua volta” é obrigatório e está relacionado à presença da preposição “com”, que antecede essa expressão.</p> <p>6 O pronome “daquilo” (l.24) pode ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical do período, por do ou por de tudo.</p> <p>7 A crise de valores que caracteriza os tempos atuais, com todas as suas implicações éticas, é uma das conseqüências das profundas e rápidas transformações — materiais e comportamentais — que envolvem a sociedade contemporânea.</p> <p>8 A consciência de que a natureza tem seus limites e de que sua exploração desordenada põe em risco a própria vida no planeta vai impondo um novo padrão ético à sociedade contemporânea em suas relações com o meio ambiente.</p> <p>9 Mais e mais, nos dias de hoje, aceita-se a noção de que crimes cometidos pelos detentores do poder em determinado país somente nele deverão ser julgados. Para os especialistas, trata-se de uma nova ética nas relações internacionais, assentada na defesa intransigente da soberania nacional.</p> <p>10 Nos termos utilizados no texto, a construção da identidade do <i>ethos</i> humano, respeitados os contornos de sua universalidade, “na antevisão de uma sociedade perfeita”, é o que, na prática, a atual globalização promove, com seus caminhos e efeitos simétricos.</p> |
|---|--|

1 Há mais de 150 anos, em setembro de 1845, o
4 Instituto dos Advogados Brasileiros pela primeira vez
manifestava-se favorável à melhoria das condições dos
7 escravos no Brasil. Na década de 60 do século dezenove,
intensificaram-se as discussões. O Senado Federal brasileiro
sempre trilhou os caminhos abolicionistas. A escravidão dos
negros foi abolida há mais de um século; entretanto, ainda
que não prevaleça o critério racial, continuamos a ser
testemunhas do trabalho escravo em nosso país.

10 Cabe ressaltar que, na atualidade, o problema do
trabalho escravo continua estreitamente vinculado à questão
agrária no Brasil. O processo de arregimentação dos
13 trabalhadores é o seguinte: na época da derrubada das matas
e da limpeza dos pastos, várias fazendas contratam homens
(às vezes, são pistoleiros) que se apresentam como
16 empreiteiros. Esses empreiteiros são conhecidos como *gatos*.
São eles que entram em contato com os trabalhadores rurais,
geralmente pessoas jovens, sem outras oportunidades de
19 emprego e sem notícia das atrocidades naquelas fazendas.

Aos poucos, descobrem a verdade: o contrato de
trabalho será quebrado, isto é, um salário inferior lhes será
22 pago. Além disso, a comida, quando não é fornecida pelo
próprio *gato*, deve ser comprada no armazém da fazenda, a
preços extorsivos. Ademais, os alojamentos estão sempre em
25 condições insalubres e não existem instalações sanitárias.
Ainda assim, uma espécie de “taxa pelo alojamento” é
descontada do salário. Desse modo, quanto mais as pessoas
28 trabalham, mais ficam devendo ao fazendeiro. Não existe
possibilidade de deixar o local antes de pagar as dívidas, uma
vez que o proprietário da terra, ou mesmo o *gato*, mantém
31 um pequeno exército particular com ordens para perseguir,
punir e até matar, se for necessário, quem tentar fugir dessa
situação.

Eneá de Stutz e Almeida. *Trabalho escravo e reforma agrária – solução jurídica*.
Internet: <<http://www.wkve.com.br/forumjuridico/artigo6.htm>> (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, relativos às estruturas lingüísticas
do texto acima e a conhecimentos extratextuais relacionados ao
tema nele enfocado.

- 11 A forma verbal **manifestou-se**, no lugar de “manifestava-se”
(l.3), prejudicaria a coerência textual e a correção gramatical
do período.
- 12 Na linha 3, o que determina a exigência de sinal indicativo de
crase na expressão “à melhoria” é a presença da forma verbal
“manifestava-se”, que antecede essa expressão.
- 13 A preferência estilística pela primeira pessoa do plural em
“continuamos” (l.8) e em “nosso” (l.9) justifica-se por tornar
o texto mais interativo e incluir o leitor como participante das
afirmações do texto.
- 14 Embora tardia, a abolição da escravidão no Brasil se fez
acompanhar de medidas viabilizadoras da inserção da
mão-de-obra recém-libertada no mercado de trabalho e nos
caminhos da cidadania.
- 15 O fato de nenhum proprietário rural pego em flagrante
utilização de trabalho escravo em suas terras ter sofrido
algum tipo de condenação é, provavelmente, fator de
estímulo à continuidade dessa forma de exploração de
trabalhadores no Brasil.
- 16 Cresce, no Brasil dos dias atuais, a luta empreendida pelo
poder público e pela sociedade para erradicar o trabalho
escravo — em suas distintas manifestações — e a exploração
ilegal do trabalho infantil.

1 Estudo do Banco Mundial (BIRD) sobre políticas
fundiárias em todo o mundo defende que a garantia do direito
à posse de terra a pessoas pobres e o incremento do mercado
4 fundiário — principalmente o sistema de arrendamento —
são fatores fundamentais para facilitar o acesso à terra e
promover o crescimento econômico.

7 Sobre a reforma agrária, o BIRD conclui que ela tem
produzido resultados divergentes, citando como exemplos
positivos o Japão, a Coréia do Sul e Taiwan, que realizaram
reformas logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-45).
10 Por outro lado, a reforma agrária tem fracassado na América
Latina.

13 De acordo com o BIRD, a falta de políticas claras
sobre o uso da terra tem gerado conflitos em vários países,
como Camboja, Colômbia, Zimbábue e Costa do Marfim.

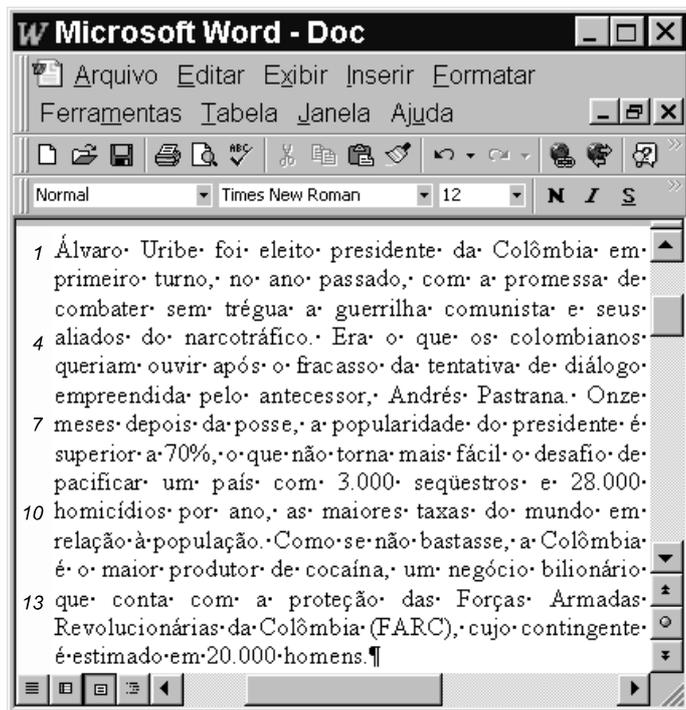
16 Por outro lado, em países onde há políticas voltadas
para a garantia da posse da terra e para a facilitação de
transações fundiárias, tem melhorado o acesso de pessoas
19 pobres a um pedaço de terra. São exemplos: China, México,
Tailândia e Uganda.

Coordenado pelo economista alemão Klaus
22 Deininger, o projeto Políticas Fundiárias para Crescimento
e Redução da Pobreza levou três anos para ser concluído e é
o primeiro do gênero financiado pelo Banco Mundial desde
25 1975.

Fabiano Maisonnave. *Mundo. In: Folha de*
S. Paulo, 20/6/2003, p. A11 (com adaptações).

Com referência ao texto acima e considerando a abrangência do
tema que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

- 17 As regras de regência da norma culta exigem o emprego da
preposição “a” imediatamente antes de “pessoas pobres”
(l.3) para que se complemente sintaticamente o termo
“garantia” (l.2).
- 18 O emprego do tempo verbal em “tem produzido” (l.7-8),
“tem fracassado” (l.11) e “tem gerado” (l.14) reforça, no
texto, a idéia de repetição de atos com continuidade até o
presente.
- 19 É gramaticalmente obrigatório o emprego da forma verbal no
singular em “levou três anos” (l.23) por se tratar de verbo
impe pessoal.
- 20 As atuais dificuldades para a implementação da reforma
agrária no Brasil podem ser explicadas, em larga medida,
pelo atraso com que o país começou a discussão desse tema,
algo iniciado apenas na década passada.
- 21 Citado no trabalho do BIRD, o Japão não precisou fazer sua
reforma agrária para se desenvolver, talvez pela exigüidade
de seu território e pelo fato de que o país é, em verdade, não
mais que um conjunto de ilhas.
- 22 De uma forma geral, é correto afirmar que o fracasso da
reforma agrária na América Latina, constatado pelo estudo
do BIRD, vincula-se, em grande parte, à vigorosa oposição
que contra ela movem os setores mais conservadores dos
proprietários rurais.
- 23 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
é, nos dias atuais, a mais conhecida e importante organização
social brasileira voltada para a defesa da reforma agrária
no país.
- 24 Ao citar como exemplos países situados na Ásia, na América
Latina e na África, o relatório do BIRD demonstra que a
indefinição política acerca do uso da terra não é
exclusividade de uma região.



A figura acima mostra uma janela do Word 97 com parte de um texto extraído e adaptado da revista **Veja** de 16/7/2003. A partir dessa janela do Word 97 e considerando não só o texto nela contido mas também as múltiplas faces do tema por ele focalizado, julgue os itens a seguir.

- 25 Por meio da opção Substituir, encontrada no *menu* **Editar**, é possível modificar a formatação da fonte em uso no termo “Colômbia” para o estilo itálico em negrito em todas as ocorrências desse termo no documento.
- 26 No Word 97, é possível formatar uma página do documento para duas colunas e as demais páginas para uma coluna. Para isso, é necessário definir a página como uma seção do documento e utilizar a opção Colunas, encontrada no *menu* **Formatar**.
- 27 Para que sejam adicionadas, em todas as páginas, a data e a hora de elaboração do documento em edição, é necessária a utilização de funcionalidades encontradas no *menu* **Ferramentas**.
- 28 Pela sua formação, a palavra “empreendida” (l.6) faz parte de um grupo de palavras, como **apreendida** ou **repreendida**, que comprova que as preposições da língua portuguesa podem servir como prefixos na formação de novos vocábulos.
- 29 Ao empregar “não torna mais fácil” (l.8), em lugar de **torna mais difícil**, o autor sugere que o “desafio”, mencionado a seguir, é fácil.
- 30 No texto, “cujo” (l.14), pronome do uso culto da língua, corresponde à forma mais coloquial, mas igualmente correta, **do qual**.
- 31 A respeito da Colômbia, é correto afirmar que, com a posse de Uribe, o país mergulhou em uma guerra civil de grandes proporções, o que explica suas elevadas taxas de seqüestros e de homicídios, que lhe conferem uma incômoda liderança mundial.

- 32 Sabe-se, hoje, que a decisão das FARC de plantar a coca, refiná-la e distribuí-la pelos mercados consumidores mundiais foi decisiva para manter de pé a guerrilha colombiana.
- 33 Recente mal-estar diplomático entre Brasil e França teve origem na tentativa francesa de, a partir do território brasileiro e sem a devida autorização, resgatar do seqüestro uma personalidade colombiana, também detentora de nacionalidade francesa, ex-candidata à presidência da República da Colômbia.
- 34 O Plano Colômbia, que gerou celeuma na América Latina, significa, entre outras medidas, a robusta injeção de dólares, equipamentos e assistência técnica — especialmente por parte dos Estados Unidos da América (EUA) — com vistas ao combate ao narcotráfico e à guerrilha nesse país amazônico.

1 Dado o tamanho da China e o ritmo de seu crescimento, provavelmente em breve o yuan não será mais uma simples moeda de um país em vias de desenvolvimento.

4 Sua espetacular abertura econômica foi bem-sucedida porque, a partir dos anos 80 do século XX, ela começou a executar políticas que se constituíram em rede de segurança para os que seriam mais atingidos pela modernização. Quando (e se) ela caminhar para um regime político mais adequado com respeito aos direitos individuais, teremos quatro moedas-reserva: o dólar, o euro, o iene e o yuan.

Um mundo multipolar está em vias de gestação no campo econômico, a despeito de toda a superioridade bélica norte-americana. É apenas uma questão de tempo, por exemplo, para que os EUA entendam que não podem assistir impassíveis à morte de seus jovens abandonados nos países ocupados. Isso foi possível no passado.

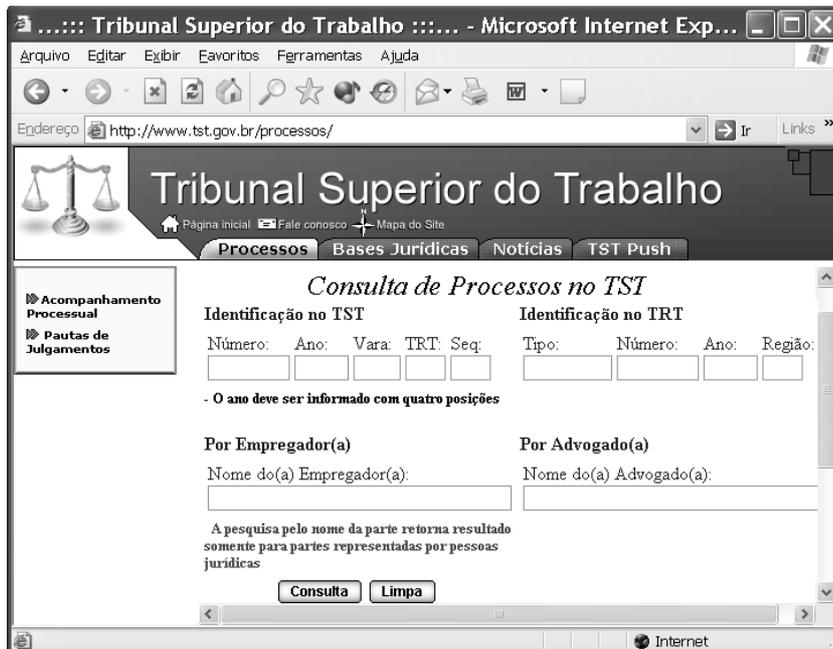
Hoje, com a prestação de contas que a televisão faz de hora em hora, o custo político dessa hegemonia militar é muito alto. De fato, é insuportável. É preciso insistir, portanto, na política da lógica da paciência e da moralidade que encontra apoio nos organismos multilaterais.

Antônio Delfim Netto. *Sextante*. In: *CartaCapital*, p. 14 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema por ele abordado, julgue os itens subseqüentes.

- 35 Pelos mecanismos de coesão textual, “ela” (l.5) tanto pode referir-se a “China” (l.1) como a “uma simples moeda” (l.3).
- 36 Mantêm-se a correção gramatical e as relações semânticas do texto ao se reescrever o período “Um (...) norte-americana” (l.11-13) como: **A despeito de toda superioridade bélica norte-americana, está prestes a gestar-se no campo econômico, um mundo multipolar.**
- 37 Na opinião do ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal por São Paulo, a pujança econômica chinesa é razão necessária, mas não suficiente, para que o yuan se transforme em moeda-reserva mundial.
- 38 Tudo leva a crer, diz Delfim Netto, que a incontestável superioridade militar norte-americana garantirá, por bastante tempo, a unipolaridade econômica mundial representada pelos EUA.

Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do TST — <http://www.tst.gov.br> —, com o objetivo de realizar consulta relacionada a processo de seu interesse, e, após algumas operações nesse sítio, obteve a página mostrada na figura ao lado, cujo URL está indicado no campo **Endereço**. Para que a consulta seja realizada com sucesso, é necessário que os campos indicados na página sejam preenchidos, devendo-se, em seguida, clicar o botão **Consulta**, ação que dá início a um processo de *upload* ao sítio do TST que tratará essas informações. Após esse tratamento, informações acerca do processo desejado, caso existam, retornarão ao usuário, em um processo de *download*. Acerca de conceitos relacionados à Internet e ao Internet Explorer 6, considerando a situação descrita e a figura apresentada, julgue os itens abaixo.



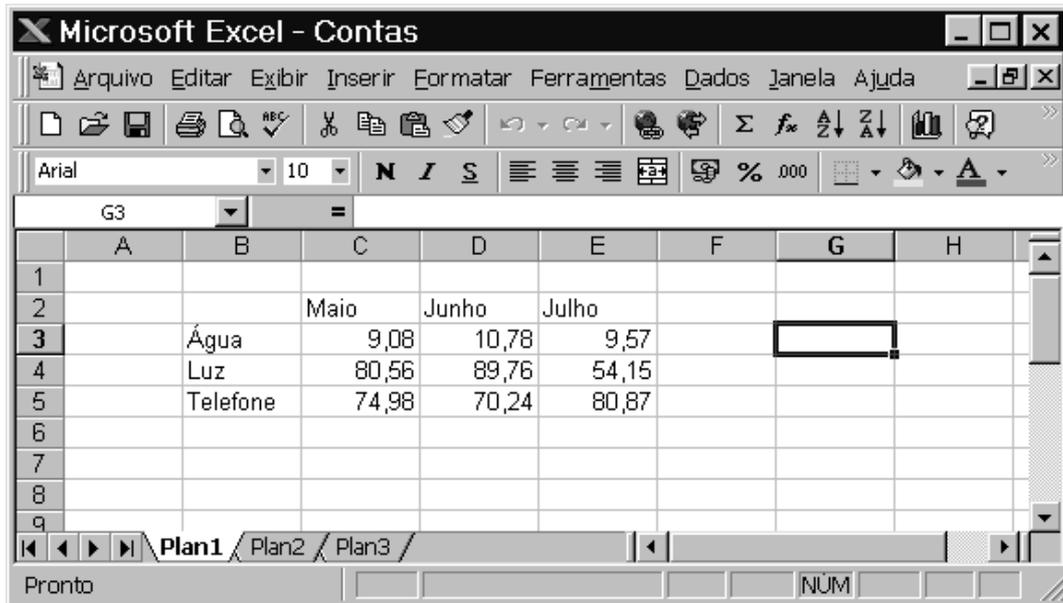
- 39 O símbolo  Internet, no canto inferior direito da janela apresentada, indica a existência de um enlace exclusivo e permanente entre o computador do usuário e o sítio do TST. Por isso, todas as informações de *download* e de *upload* transitarão sempre pelo mesmo caminho lógico e físico na rede mundial de computadores, o que permite aumentar as taxas de transmissão nas comunicações entre as máquinas envolvidas no acesso descrito acima.
- 40 Caso o acesso acima descrito esteja se realizando em uma rede ADSL e, ao se clicar o botão **Consulta**, o sítio do TST tenha entrado em pane, não permitindo o acesso por parte de quaisquer usuários, o Internet Explorer 6 armazenará as informações de *upload* e tentará periodicamente fazer o envio das informações até obter o sucesso desejado. O intervalo para novas tentativas deve ser configurado por meio de Opções da Internet, do menu **Ferramentas**.
- 41 Caso deseje transferir automaticamente as informações obtidas no processo de *download* descrito acima diretamente para um arquivo Word, para posterior edição, o usuário deverá, antes de clicar o botão **Consulta**, configurar esse procedimento por meio do botão .

- 1 JBE — Por que o desenvolvimento sustentado pode tornar quem já é socialmente excluído em alguém ambientalmente excluído? CFL — Os modelos de sustentabilidade enfatizam aspectos que minimizam os efeitos ambientais do desenvolvimento econômico sem questionar a lógica do livre mercado globalizado. Afirmam que é preciso rever os padrões de consumo vigentes, mas não associam tal dimensão ao processo produtivo, que exige uma utilização intensa, diferenciada e rápida dos bens naturais. Além disso, a Agenda 21 defende a cooperação e o consenso de modo idealizado. Buscar consensos ignorando os conflitos é impor verdades das classes dominantes a quem está excluído do processo produtivo formal e de decisão política. Defender a cooperação diante de relações internacionais tão desiguais de poder econômico, militar e político é acreditar romanticamente que os “países centrais” querem a salvação do planeta para o benefício de todos indistintamente.

Ana Diniz. In: **JB Ecológico**, 16/4/2003, p. 21 (com adaptações).

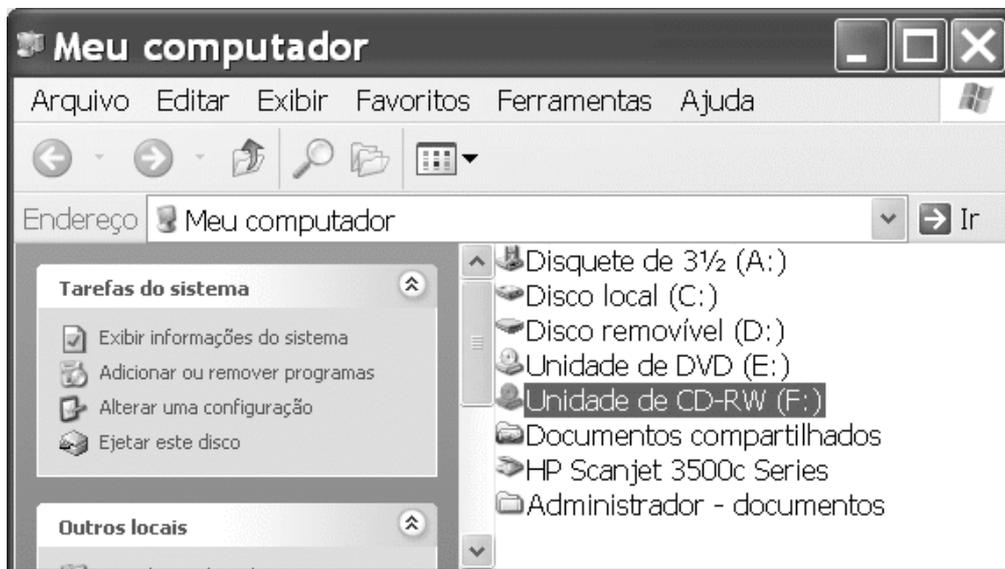
A partir do texto acima — parte de uma entrevista concedida por Carlos Frederico Loureiro (CFL) ao **JB Ecológico** (JBE) — e considerando a abrangência do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

- 42 Se a expressão “Os modelos de sustentabilidade” (l.2) fosse empregada no singular, seria obrigatório o emprego de “enfatizam” (l.2), “Afirmam” (l.3) e “associam” (l.4) também no singular, para que fossem respeitadas as regras de concordância verbal.
- 43 A forma verbal “é” (l.7) está empregada no singular porque o sujeito da oração em que ocorre é um sujeito oracional simples.
- 44 O último período do texto, por sua formalidade e principalmente por sua objetividade, é adequado para integrar um ofício entre autoridades.
- 45 Infere-se do texto que, sob o ponto de vista do entrevistado, os padrões de consumo que imperam no mundo de hoje são os maiores responsáveis pelos efeitos ambientais danosos decorrentes do desenvolvimento econômico.
- 46 O que a realidade contemporânea mostra é que os países mais ricos estão começando a compreender a necessidade da cooperação entre todos para a preservação do meio ambiente e tendem a agir nessa direção, com o que concorda plenamente o entrevistado.



A figura acima mostra uma janela do Excel 97, com uma planilha que contém despesas, em reais, de um usuário, referentes a três meses de um determinado ano. Com relação a essa figura e ao Excel 97, julgue os itens que seguem.

- 47 Para se calcular, em reais, a média dos gastos com água nos três meses mostrados, e pôr o resultado na célula F3, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a célula F3; digitar a expressão C3,D3,E3; clicar Σ ; digitar /3 e, em seguida, teclar **Enter**.
- 48 Para se copiar o conteúdo da célula B3 para a célula F3, é suficiente realizar a seguinte seqüência de operações: clicar a célula B3; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **C**; liberar a tecla **Ctrl**; clicar a célula F3; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **V**; liberar a tecla **Ctrl**.



A figura acima mostra a janela **Meu computador** do Windows XP. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens subsequentes.

- 49 Para se visualizar o conteúdo do disco E:, é suficiente clicar o botão .
- 50 Para se visualizar o conteúdo do disco C:, basta aplicar um clique duplo sobre **Disco local (C:)**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O tribunal regional federal (TRF) de determinada região, por meio de uma resolução administrativa, concedeu gratificação de natureza salarial extensiva a todos os seus servidores.

O Ministério Público (MP) questionou o TRF acerca da constitucionalidade da medida, além de comunicar o ocorrido ao Tribunal de Contas da União (TCU). Diante desse fato, o TRF decidiu suspender o pagamento da referida gratificação.

O sindicato dos servidores do TRF, legalmente constituído e em funcionamento havia mais de um ano, impetrou mandado de segurança coletivo contra a suspensão do pagamento da gratificação. Em entrevista à imprensa, o presidente do sindicato declarou que iria, ainda, requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma afirmação da constitucionalidade da gratificação.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 51** A resolução administrativa do TRF que concedeu vantagem de natureza salarial à generalidade de seus servidores padeceu de vício de inconstitucionalidade, uma vez que implicou desrespeito à exigência constitucional de que tal matéria fosse submetida à reserva de lei.
- 52** O sindicato dos servidores do tribunal é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados e para propor, perante o STF, ação declaratória de constitucionalidade da resolução administrativa citada.
- 53** O questionamento feito pelo MP a respeito da constitucionalidade da resolução administrativa está em harmonia com as suas funções institucionais, pois envolve diretamente a defesa da ordem jurídica e do interesse público.
- 54** A competência para processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança mencionado é do Superior Tribunal de Justiça (STJ); se, ao julgar o feito, for denegatória a decisão, o STF será competente para processar e julgar eventual recurso ordinário interposto contra essa decisão.
- 55** Configurada a ilegalidade das despesas eventualmente efetuadas com o pagamento da gratificação mencionada, o TCU tem competência para aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, inclusive multa proporcional ao prejuízo causado ao erário, mediante procedimento em que lhes sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Um acidente de trânsito envolveu um veículo de uma sociedade de economia mista federal exploradora de atividade econômica e um veículo de uma embaixada, cuja propriedade pertence, portanto, a um país estrangeiro.

Um dos veículos era dirigido por um empregado da sociedade de economia mista, domiciliado no Brasil, e o outro, por um empregado brasileiro da embaixada.

O laudo pericial concluiu que o empregado da sociedade de economia mista havia sido o culpado pelo acidente. Apesar disso, a embaixada, em razão do acidente, decidiu dispensar seu empregado, recusando-se a pagar as verbas rescisórias, sob a alegação de que não se aplicava a esse contrato a legislação trabalhista brasileira.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 56** Independentemente da atividade que exerce, a sociedade de economia mista federal referida deverá indenizar o prejuízo causado à embaixada, uma vez que, por disposição expressa da Constituição Federal, ela responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo-lhe assegurado o direito de regresso contra o responsável pelo acidente.

57 O contrato entre o empregado brasileiro e a embaixada não é regido pelo direito do trabalho brasileiro, visto que, no sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais regularmente incorporados ao direito interno situam-se nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis complementares, dispondo, portanto, de primazia hierárquica sobre as leis ordinárias, entre as quais se inclui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

58 Caso o estado estrangeiro decida ingressar na justiça com ação indenizatória diretamente contra o empregado da sociedade de economia mista, a competência para processar e julgar originariamente o feito será de um juiz federal de primeira instância.

59 Se o empregado brasileiro dispensado decidir ingressar com ação judicial contra o Estado estrangeiro para o pagamento de verbas rescisórias, a competência para processar e julgar o caso será da justiça do trabalho brasileira; todavia, a competência para processar e julgar eventual recurso ordinário interposto contra a decisão proferida será do STJ.

60 A relação existente entre a sociedade de economia mista e seu empregado não se subordina ao regime jurídico específico dos servidores públicos, não se aplicando a ela nenhuma das disposições previstas na Constituição Federal para os servidores da administração pública em geral.

No que concerne ao controle e aos princípios básicos da administração, julgue os seguintes itens.

61 Segundo a teoria do risco administrativo, as organizações da sociedade civil de interesse coletivo, que são pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

62 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado município, a fim de obter financiamento do BNDES, ofereceu como garantia do empréstimo um prédio que não estava sendo utilizado pela administração municipal e que se encontrava desafetado, incluído, portanto, na categoria de bens dominicais, patrimônio disponível do município.

Nessa situação, os técnicos da entidade federal não poderiam aceitar a indicação do mencionado imóvel em razão da impossibilidade de sua oneração em face da sua impenhorabilidade.

63 Os órgãos legislativos exercem controle sobre determinados atos do Poder Executivo, conforme determinação constitucional, caracterizando-se uma expressão eminentemente política, todavia a fiscalização financeira e orçamentária é conferida em termos amplos aos parlamentares, auxiliados, nessa área, pelos tribunais de contas, que, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

64 A responsabilidade civil do Estado em relação aos danos decorrentes de atividades nucleares de qualquer natureza independe da existência de culpa, tendo sido adotada, nesse sentido, a teoria do risco integral.

65 Considere a seguinte situação hipotética.

Um particular obteve do departamento de divisão de obras de determinado município o alvará para iniciar a construção de um prédio em imóvel de sua propriedade.

Nessa situação, a administração não poderá revogar essa licença, visto tê-la expedido em razão de um direito subjetivo do particular, que satisfizesse todas as exigências das normas edilícias.

Julgue os itens a seguir, relacionados aos contratos administrativos e aos serviços públicos.

66 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado município, para contratação de pequeno valor, determinou a elaboração da modalidade mais simples de licitação, tendo sido enviadas cartas-convite para três interessados devidamente registrados. Houve, contudo, inexplicável desinteresse dos licitantes convidados, além de não existir qualquer limitação no mercado e de apenas um interessado ter comparecido ao certame.

Diante dessa situação, a administração municipal poderá contratar desde que o preço apresentado na proposta singular esteja em conformidade com os preços praticados pelo mercado.

67 Caso o Governo do Distrito Federal queira permutar um bem público desafetado com proprietário particular de imóvel objeto de seu interesse, terá de obter autorização legal e realizar avaliação prévia dos bens a serem permutados, dispensada a licitação, desde que o interesse público esteja devidamente justificado.

68 Caso um governo estadual resolva extinguir pretérita concessão de rodovia sob sua jurisdição, deverá promover o resgate, que se caracteriza pela retomada do serviço mediante coação, em razão de conveniência e interesse público. Trata-se, portanto, de ato de império do poder público e, por isso, é inexigível a motivação, sendo necessárias autorização legislativa e prévia indenização dos investimentos realizados pelo concessionário.

69 As campanhas de vacinação com vistas à erradicação da paralisia infantil são consideradas serviços públicos coletivos, também denominados *uti universi*, dado que satisfazem indiscriminadamente os interesses da população. Erigem-se à qualidade de direito subjetivo de qualquer administrado em razão de ser a saúde direito de todos e dever do Estado.

70 Entre os serviços de competência da União que se sujeitam ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da lei pertinente, incluem-se os serviços postais.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, relativa aos agentes administrativos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

71 Sérgio, após aprovação em concurso público e quatro anos de espera, foi nomeado para o cargo de agente administrativo em determinado órgão federal. Com 22 meses de efetivo exercício, houve uma reforma administrativa e o referido cargo foi extinto. Nessa situação, Sérgio será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até que seja aproveitado em outro cargo cujas atribuições e vencimentos sejam compatíveis com os do cargo anteriormente ocupado.

72 Em determinada repartição federal, foi aberta sindicância para apurar indícios de autoria e materialidade de diversas irregularidades. A comissão de sindicância, em razão de os fatos apurados cominarem suspensão superior a trinta dias, concluiu pela instauração de processo disciplinar que envolvia os servidores Jorge, Osvaldo e Eduardo. Indignados, esses servidores questionaram veementemente o resultado do procedimento pelo fato de não terem sido ouvidos até aquele momento. Nessa situação, não assiste razão aos servidores, pois a sindicância é medida preparatória para o processo administrativo, não se observando, nessa fase, dado o seu caráter inquisitivo, o princípio da ampla defesa.

73 Márcio, servidor titular de cargo efetivo federal, atualmente está lotado em uma repartição localizada em Garanhuns – PE. Toda a sua família reside em Brasília – DF. Por essa razão, Márcio manifestou à coordenação de recursos humanos (RH) do órgão de seu exercício o interesse em ser removido para a capital federal. De acordo com os arquivos do RH, existia uma vaga disponível em Brasília e outros 25 servidores já haviam manifestado o mesmo interesse de Márcio. Nessa situação e de acordo com o regime jurídico vigente para a administração pública federal, o setor de RH deverá promover a remoção do servidor que manifestou interesse, expressamente, há mais tempo.

Ainda em relação aos agentes administrativos, julgue os itens subsequentes.

74 Um médico, em face do permissivo constitucional, pode acumular os cargos de médico-perito do Instituto Nacional do Seguro Social e o de médico nos prontos-socorros do Hospital das Forças Armadas e do Hospital de Base, sendo este subordinado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

75 Não obstante as instâncias administrativa e penal serem independentes, na hipótese de infração disciplinar constituir crime, não se aplicam, respectivamente, os prazos de prescrição quinquenal, bienal ou de 180 dias às infrações puníveis com demissão, suspensão ou advertência. Adotam-se, nesses casos, os prazos prescricionais estabelecidos na lei penal.

Em relação à Lei de Introdução ao Código Civil e à interpretação das leis, julgue os itens a seguir.

- 76** Cabe ao intérprete dizer o exato sentido da lei, ou seja, a razão de ser da lei, sendo-lhe vedada interpretação que resulte em ampliação ou restrição da norma jurídica.
- 77** A norma jurídica estabelece um princípio de conduta ou uma composição de conflitos para um caso abstrato.

No referente às obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 78** Na obrigação solidária passiva, os devedores se obrigam alternativamente ao pagamento da dívida. Se o devedor escolhido pelo credor pagar toda a dívida, haverá ação regressiva contra os demais coobrigados.
- 79** Na sub-rogação convencional, desde que expressamente convencional, o sub-rogado só poderá exercer os seus direitos e garantias contra o devedor até o limite da soma que efetivamente tenha desembolsado para solver a obrigação.

Acerca dos direitos reais, julgue os itens que se seguem.

- 80** No atual Código Civil, não tendo sido incluídas enfiteuses no rol dos direitos reais, as já existentes passam a constituir e receber o tratamento jurídico do direito real de superfície.
- 81** Pode o devedor hipotecante alienar o bem hipotecado sem qualquer restrição, sendo-lhe vedado tão somente praticar atos que degradem a garantia.

Com referência aos contratos, julgue os itens seguintes.

- 82** Somente em casos excepcionais, uma das partes pode romper unilateralmente um contrato de execução sucessiva, salvo se tal contrato for ajustado por prazo indeterminado.
- 83** O mandato concedido em termos gerais confere poderes de administração, que permitem a realização de atos de gerência, de alienação ou disposição, estando o mandatário sujeito a prestação de contas.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

- 84** Se, na realização de um empreendimento, houver violação das normas de preservação do meio ambiente, responderá pelo dano a pessoa que o causar, excluindo-se a responsabilidade daquele que aprovar o projeto, se não ficar provado que agiu com dolo.
- 85** Segundo as disposições do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços responde pela reparação de dano causado ao consumidor ainda que haja prova da culpa concorrente do consumidor.

No que se refere a competência, julgue os itens subseqüentes.

- 86** A justiça federal é competente para processar e julgar reclamação trabalhista proposta contra uma universidade federal.
- 87** O réu, uma vez citado, se pretender argüir a incompetência do juízo, deverá interpor, desde logo, o conflito de competência ao tribunal de justiça, se o processo correr perante o juízo estadual, ou ao TRF, se a causa tramitar na justiça federal.

Acerca dos recursos, julgue os itens a seguir.

- 88** Interposto agravo contra decisão interlocutória de conteúdo negativo, se a parte requerer, poderá o relator conceder efeito ativo ao recurso, para reformar a decisão e conceder antecipadamente a providência negada pelo juiz *a quo*.
- 89** Havendo sucumbência recíproca, podem ambas partes apelar no prazo comum, impugnando cada qual a parte cuja anulação ou reforma lhe interesse, ou interpor, o apelado, recurso adesivo, no prazo de que dispõe para responder, ao ser intimado do recebimento do recurso de apelação interposto pelo adversário.

Em relação a partes do processo, julgue os itens subseqüentes.

- 90** Se o juiz verificar a necessidade de citação de todos os litisconsortes necessários, deverá ordenar à parte que promova a citação destes, sob pena de extinção do feito, sendo-lhe vedado determinar, de ofício, a citação.
- 91** É nula a alienação de coisa litigiosa, no curso do processo, se o ingresso do adquirente não tiver sido consentido no processo, vez que o pressuposto para que se verifique a substituição voluntária da parte é que o legitimado concorde com o ingresso do adquirente.

Com referência ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

- 92** O prazo para oposição de embargos do devedor é contado a partir da intimação da penhora. Esse prazo não se altera se há ampliação ou reforço da penhora.
- 93** No processo de execução, a defesa do executado é feita por exceção de pré-executividade, após garantido o juízo pelo depósito ou pela penhora.
- 94** A arrematação não se consuma com a realização da hasta pública, em praça ou leilão. É considerada perfeita, acabada e irretirável com a assinatura do auto de arrematação, após o decurso do prazo legal.
- 95** Pretendendo o credor executar uma sentença ilíquida, deverá proceder antes à liquidação da condenação genérica, por arbitramento, por artigos ou por cálculo do contador.

Pedro prestou serviços, na condição de técnico em refrigeração, ao Restaurante Melhor Sabor Ltda., localizado na cidade de Guarulhos. Atuava em reparos preventivos e corretivos da câmara fria utilizada no estabelecimento. Iniciou suas atividades em 1.º/3/2000 e executava, habitualmente, seis horas de trabalho a cada dia de serviço, laborando entre dois ou três dias semanais. Se não lhe fosse possível, por motivos pessoais, comparecer ao serviço, poderia fazer-se substituir por terceiro, sem prévia comunicação à direção do restaurante. Não teve sua CTPS anotada, e seus ganhos foram estipulados no importe de R\$ 30,00 por dia de serviços executados. Em 30/6/2000, o Restaurante Melhor Sabor Ltda. foi adquirido pelo Grupo Paulista de Refeições S.A.

No dia imediatamente seguinte ao dessa aquisição, a CTPS de Pedro foi anotada pela Empresa Paulista de Serviços Gerais e Manutenções S.A. — pertencente ao Grupo Paulista de Refeições S.A. —, passando ele a trabalhar, no referido restaurante e na mesma atividade, quarenta horas semanais, distribuídas em seis dias na semana, mediante salários mensais fixos de R\$ 400,00.

Em 20/9/2000, foi editado, pelo Grupo Paulista de Refeições S.A., regulamento interno que previa a concessão de licença para aperfeiçoamento de seus empregados, sem prejuízo de remuneração, pelo período de até um ano. Ficou, porém, estabelecido que os que dela se beneficiassem deveriam permanecer nos quadros desse grupo empresarial por período igual ao da licença concedida, sob pena de serem obrigados a indenizar ao empregador o montante de 25% dos ganhos percebidos no curso do licenciamento.

Em 1.º/3/2001, foi firmada e registrada convenção coletiva de trabalho entre as respectivas categorias profissional e econômica, observados como base territorial os municípios de São Paulo, Guarulhos e Campinas, no estado de São Paulo. Nessa convenção, ficou prevista a concessão de adicional de insalubridade, em grau máximo, a todos os obreiros que laborassem, de forma habitual, na manutenção de câmaras frias. Esse adicional passou a ser pago a Pedro, a contar da vigência da referida convenção coletiva de trabalho.

Quanto ao licenciamento de empregados para frequência a cursos de aperfeiçoamento profissional, ficou estabelecido que, concedida essa licença, o descumprimento, pelo empregado, do prazo mínimo de permanência no emprego fixado pelo empregador obrigaria o obreiro a restituir 30% dos valores recebidos no período de afastamento remunerado.

Ainda nessa convenção coletiva de trabalho, foi ajustado que, a partir de 1.º/9/2001, passaria a ser paga participação nos resultados empresariais, em periodicidade trimestral e no montante de R\$ 100,00 para cada obreiro que houvesse trabalhado por todo o trimestre anterior.

Em outra cláusula coletiva, ficou ainda acordado que os obreiros abrangidos por tal convenção coletiva fariam jus ao fornecimento, por seus empregadores, de livros e material didático necessários ao uso do laborista em cursos de ensino regular nos níveis fundamental ou médio.

Considerando a situação hipotética descrita ao lado, julgue os itens a seguir.

- 96** A habitualidade na prestação dos serviços era, por si só, suficiente para que se estabelecesse uma relação de emprego entre Pedro e o Restaurante Melhor Sabor Ltda., razão por que foi ilegal a ausência de assinatura de sua CTPS por essa empresa.
- 97** À vista do que determina a CLT quanto à sucessão de empregadores, a Empresa Paulista de Serviços Gerais e Manutenções S.A. é responsável pelos créditos devidos em virtude dos serviços prestados por Pedro ao Restaurante Melhor Sabor Ltda. antes da aquisição empresarial.
- 98** Se Pedro, como empregado do Grupo Paulista de Refeições S.A., fosse transferido para a unidade localizada no município de Ribeirão Preto – SP, para prestar o mesmo tipo de serviço, ele poderia continuar a fazer jus ao adicional de insalubridade, mesmo que não mais em decorrência da convenção coletiva da hipótese descrita.
- 99** Se Pedro fosse beneficiado com a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional, nos termos do regulamento do grupo empresarial, haveria interrupção de seu contrato de trabalho. Todavia, mesmo no curso dessa interrupção e considerado o previsto no regulamento da empresa a respeito de tal licença, continuariam a ser recolhidos depósitos fundiários a sua conta vinculada.
- 100** Se a fiscalização trabalhista comparecesse ao estabelecimento em que laborava Pedro e lá não encontrasse o livro de registro de empregados nem sistema eletrônico que o substituísse, a despeito dessa omissão, o fiscal do trabalho deveria conceder prazo mínimo de cinco dias para que tal livro de registro fosse apresentado, sem a imposição imediata de multa à empregadora.
- 101** Ao final do ano 2000, não tendo havido interrupção na prestação de serviços, Pedro fez jus ao 13.º salário proporcional de seis doze avos. Já ao final do ano de 2001, não tendo havido rescisão contratual, Pedro fez jus ao 13.º integral, cuja base de cálculo deveria ter incluído a participação nos resultados acordada coletivamente.
- 102** O fornecimento de livros e materiais didáticos não possui natureza salarial. Logo, ainda que esse material seja fornecido a Pedro de modo habitual, o valor médio desses livros e materiais não integrará a base de cálculo de horas extras que lhe forem devidas.

Fábio, técnico em metalurgia e empregado da Auto Mecânica Dois Irmãos Indústria e Comércio Ltda., estando lotado em unidade localizada no município de Cubatão – SP, foi transferido em 20/12/1991 para a unidade de retificação de peças localizada no município de Campinas – SP, por determinação da empregadora. Essa transferência destinou-se ao preenchimento em definitivo, por Fábio, do cargo de gerente-geral do departamento de retificação de peças. Desde sua admissão, já constava de seu contrato de trabalho, firmado por escrito, cláusula específica autorizadora de transferências por determinação da empregadora.

Desde o início do exercício dessa função de confiança, Fábio passou a receber gratificação correspondente a 35% de seu salário-base mensal. Essa gratificação teve seu percentual reduzido para 30% em 1.º/6/1994, em virtude de acordo coletivo de trabalho firmado entre a empregadora e o sindicato obreiro representante da categoria profissional de Fábio no município de Campinas – SP.

Em 15/2/2002, teve início um movimento paredista organizado pela categoria profissional de Fábio, tendo sido observadas as exigências da Lei n.º 7.783/1989. Tal movimento contou com sua adesão e participação pacífica. A paralisação encerrou-se em 5/3/2002 e Fábio foi destituído de sua função gratificada em 12/3/2002, retornando a seu cargo básico de técnico em metalurgia. Em 30/4/2002, a empresa comunicou a Fábio sua intenção de rescindir o contrato de trabalho. Após o cumprimento de aviso prévio, Fábio retornou ao município de Cubatão – SP.

Em face da situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 103** A transferência de Fábio, ainda que tenha sido lícita, ocorrido por determinação da empregadora e acarretado a necessária mudança de domicílio, não se reveste de ilegalidade, porquanto já se achava autorizada no contrato de trabalho. Fábio, contudo, não fazia jus a adicional de transferência, dado que essa transferência não foi provisória.
- 104** Por ser a transferência de Fábio lícita, definitiva e se destinar ao preenchimento de função de confiança, as despesas dela resultantes não deveriam ser arcadas pela empregadora. Todavia, as despesas necessárias ao retorno de Fábio ao município de Cubatão deveriam ter sido suportadas pela empregadora.
- 105** A redução do percentual da gratificação de função paga a Fábio foi lícita, uma vez que encontrava respaldo em norma constante de acordo coletivo de trabalho.
- 106** Se tivesse ocorrido no período de duração do movimento paredista, a demissão imotivada de Fábio por iniciativa da empregadora não teria sido juridicamente lícita. Todavia, sendo ele ocupante de função de confiança nos quadros da empresa, não podia persuadir ou aliciar, ainda que pacificamente, trabalhadores para a adesão ao movimento, sob pena de rescisão contratual motivada.
- 107** Ante o cumprimento de aviso prévio por Fábio, a rescisão contratual ocorreu apenas em 30/5/2002. Entretanto, caso houvesse sido dispensado esse cumprimento e pago o aviso de modo indenizado, a rescisão teria sido operada já em 30/4/2002, que seria a data de baixa a ser registrada na CTPS.

108 Considerando-se o tempo durante o qual Fábio ocupou o cargo de confiança, a gratificação correspondente ao seu exercício incorporou-se a seus salários.

109 Conforme a redação do art. 62, II, da CLT, dada pela Lei 8.966/1994, Fábio não estava excluído de limitação em sua jornada legal de trabalho, mesmo considerada a função gerencial que exercia.

Marcelo foi admitido como empregado da empresa Lojão dos Tecidos Ltda. em 20/10/1996, sujeito a carga diária de oito horas (observado intervalo intrajornada de uma hora) em cinco dias na semana, acrescida de 4 horas (sem intervalo intrajornada) no sexto dia da semana. Recebia salários fixos e quinzenais de R\$ 950,00 e foi lotado na única loja da empresa, localizada no município do Rio de Janeiro – RJ.

Em 14/5/1998, inscreveu-se como concorrente a cargo de direção sindical, expedindo o sindicato comunicação dessa candidatura à empresa. Em 20/6/1998, foi eleito para o cargo de primeiro-secretário de seu sindicato obreiro, cuja base territorial abrangia os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói. O mandato eletivo era de dois anos, e sua eleição foi noticiada formalmente à empregadora pelo sindicato obreiro.

Durante o período de exercício desse mandato sindical, Marcelo não foi licenciado de suas funções. Passou a cumprir carga laboral de dez horas diárias, por quatro dias na semana (já deduzido o intervalo intrajornada de uma hora diária), acrescida de outras quatro horas (sem intervalo intrajornada) no quinto dia de cada semana, mediante acordo individual tácito de compensação de jornada.

Em 15/4/2000, Marcelo sofreu rescisão contratual por iniciativa da empregadora, sob o fundamento de que auditoria interna, concluída pela empresa em novembro de 1999, teria verificado que Marcelo deixara de repassar aos cofres da empresa valores havidos de clientes inadimplentes, cuja cobrança lhe havia sido confiada.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 110** A comunicação à empresa da candidatura e da posterior eleição do empregado para o cargo de direção sindical era indispensável ao aperfeiçoamento da estabilidade provisória. Todavia, essa estabilidade está restrita ao número máximo de dirigentes sindicais admissíveis pela CLT.
- 111** Tendo sido realizada auditoria contábil, não era necessária a instauração de inquérito judicial para que o empregado fosse demitido motivadamente.
- 112** Se a forma em que foi acordada a compensação de jornada fosse ilícita, o empregado faria jus ao pagamento apenas do adicional de horas extras sobre a nona e a décima horas trabalhadas em cada dia. Contudo, não existindo norma coletiva que vedasse a compensação de jornada por meio de acordo individual, essa compensação foi lícitamente ajustada entre Marcelo e sua empregadora, ainda que de forma tácita.
- 113** Dada a forma de cálculo dos salários do empregado, não era necessário que o repouso semanal remunerado incidente sobre esses salários fosse pago em rubrica específica. Quanto à estabilidade decorrente do mandato sindical, ela não subsistiria na hipótese de a empresa cessar suas atividades no estado do Rio de Janeiro. De toda sorte, a ausência de imediatidade impediria o acolhimento da falta grave invocada para a demissão.

Julgue os itens subseqüentes, tendo em vista a disciplina dos benefícios e do custeio previdenciário.

114 Uma sociedade educacional constituída como sociedade sem fins lucrativos não será considerada empresa, para fins de custeio previdenciário, já que faturamento e lucro não são especificamente previstos como fontes de custeio sobre as quais devam incidir as contribuições previdenciárias patronais.

115 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio presta serviços, no Brasil, à representação diplomática da República do México e é amparado pela legislação previdenciária mexicana. Já André, cidadão espanhol, domiciliado no Brasil, foi aqui contratado para trabalhar em agência de um banco brasileiro na cidade do México.

Nessa situação, apenas André será segurado obrigatório da previdência social brasileira.

Luís, Marcos e Alberto, em 22/5/2002, ajuizaram, em litisconsórcio ativo, ação trabalhista contra a Livraria Saber Ltda., para a qual ainda laboravam. Nessa ação, sustentaram a nulidade de disposições constantes de convenção coletiva de trabalho firmada extrajudicialmente. Tal convenção vigorou de 1.º/5/2000 a 30/4/2002, e a nulidade argüida prendia-se à redução do auxílio-alimentação. Esse auxílio, que antes lhes era pago no importe de R\$ 7,00 ao dia, por força da convenção coletiva mencionada, foi reduzido para R\$ 6,00 ao dia, razão por que pleitearam as diferenças relativas ao período de vigência da convenção coletiva. Atribuíram à causa valor que, na data do ajuizamento, equivalia a um total de cinquenta salários mínimos. Ao tempo do ajuizamento do feito, Marcos contava com dezessete anos de idade, e os demais reclamantes tinham idade superior a 21 anos.

À luz dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

116 A despeito da idade de Marcos, a intervenção do Ministério Público do Trabalho no feito, ainda em primeira instância e por iniciativa própria, será admissível apenas se esse empregado não se achar regularmente assistido por seu representante legal.

117 Se, no curso da reclamação trabalhista, for proposta, pelo Ministério Público do Trabalho, ação anulatória da convenção coletiva mencionada, a reclamação deverá ter seu curso suspenso. Essa suspensão, porém, terá prazo máximo de um ano, após o que será essa nulidade decidida incidentalmente na reclamatória trabalhista.

118 É admissível a propositura da reclamação trabalhista descrita pelo sindicato obreiro, na condição de substituto processual dos empregados da Livraria Saber Ltda., por se tratar de ação de cumprimento de convenção coletiva de trabalho. Nesse caso, é permitido aos obreiros desistirem da ação de cumprimento, em nome pessoal, antes de prolatada a sentença de primeiro grau.

119 É correto afirmar que, no caso descrito, devem constar da petição inicial a indicação do valor total da causa como também a liquidação dos pedidos nela contidos.

120 Mesmo que a empregadora não invoque a ocorrência de prescrição em sua defesa, poderá fazê-lo em recurso ordinário. Se não o fizer, contudo, não mais poderá aduzir essa prescrição, ainda que, posteriormente, interponha recurso de revista. De toda sorte, inexistem parcelas já prescritas no caso descrito.

Foi ajuizado perante o TST dissídio coletivo, de natureza econômica, tendo por suscitada autarquia federal. Nesse dissídio, todavia, emergiu disputa pela titularidade de representação sindical da categoria obreira, pretendida por entes sindicais distintos. Nesse contexto, julgue os seguintes itens.

121 A solução da questão concernente à referida disputa de titularidade de representação escapa à competência material da justiça do trabalho.

122 Após ultrapassada a questão concernente à disputa de representação havida entre os sindicatos obreiros, o dissídio proposto é, em tese, juridicamente possível.

Sentença proferida por vara do trabalho condenou a Indústria de Cerâmicas Brasil S.A. a proceder à reintegração de Júlio ao emprego, dada a violação da estabilidade provisória acidentária de que cuida o art. 118 da Lei de Benefícios Previdenciários — Lei n.º 8.213/1991 —, bem como ao pagamento de salários referentes ao período entre o desligamento do obreiro e sua reintegração. Interposto recurso ordinário pela empresa reclamada, esse recurso não foi conhecido ante sua deserção, por ter sido incompleto o depósito recursal realizado. Não foi interposto recurso de revista.

Certificado o trânsito em julgado, foi expedido mandado de reintegração, cumprido sem resistências pela empresa. Quanto aos salários vencidos, após seu cálculo, foi expedido mandado de citação e penhora no valor respectivo. Inicialmente, a empresa executada apresentou à penhora veículos de sua propriedade. O juízo da execução, contudo, ordenou, de ofício, que a penhora recaísse sobre valores existentes em conta-corrente bancária da empresa.

Em face da situação hipotética acima descrita, julgue os itens que se seguem.

123 Ação rescisória que objetive a desconstituição do julgado deve ser dirigida contra a sentença de primeiro grau, e não contra o acórdão do tribunal regional. Deve-se considerar, todavia, que o prazo decadencial para tanto se iniciou no dia imediatamente seguinte ao trânsito em julgado desse acórdão.

124 Não há nulidade no fato de ter o juízo de execução agido de ofício quanto à penhora ordenada. Porém, por ser facultada ao devedor a execução pelo meio menos gravoso, não poderia ter sido ordenada a penhora de valores se os veículos ofertados abrangessem o valor total da execução.

125 Após a penhora, disporá a executada de cinco dias para ajuizar embargos à execução. Neles não poderá debater tema do cálculo liquidatório que não tenha impugnado na vista que lhe tiver sido concedida antes da homologação da conta.

João moveu reclamatória trabalhista contra a Transportadora Rápida Ltda., atribuindo à causa valor que equivalia a 28 salários mínimos na época da propositura do feito. Houve notificação da reclamada e designação da audiência de conciliação e julgamento, à qual compareceram as partes. O trabalhador, porém, afirmou que pretendia a oitiva de duas testemunhas e esclareceu que, embora convidadas, elas se recusaram a comparecer. Por essa razão, o reclamante solicitou ao juiz condutor do feito o adiamento da audiência, para a condução coercitiva de ambas as testemunhas.

Em face da situação hipotética acima descrita, julgue os itens subseqüentes.

- 126** Se reclamatória com igual valor da causa houvesse sido proposta contra empresa pública federal, seu processamento estaria sujeito ao rito sumaríssimo.
- 127** Para que o adiamento requerido seja deferido, é necessário que o reclamante comprove haver convidado as testemunhas cuja oitiva desejava. Acaso indeferido esse adiamento, essa decisão interlocutória não é recorrível de imediato, o que autoriza sua revisão pela via do mandado de segurança.
- 128** Deferido o adiamento, será determinada não a condução coercitiva das testemunhas, mas, inicialmente, apenas sua intimação judicial. Vindo elas a depor, não será necessário o registro integral de seus depoimentos, mas apenas um resumo das informações úteis ao deslinde do feito.
- 129** Se for deferida a intimação de apenas uma das duas testemunhas, o reclamante poderá registrar sua discordância apenas após o encerramento formal da instrução, ao lhe ser dada a palavra para razões finais. Assim, poderá, em recurso ordinário, deduzir a ocorrência de nulidade processual.
- 130** Considerada a prevalência da verdade real, é dado ao juízo condutor desse feito determinar, de ofício, a produção de prova que repute necessária. Ele poderá, se necessário, inverter o ônus probatório de cada uma das partes se a equidade assim o exigir.

A respeito da execução e dos recursos no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 131** Se, em execução trabalhista, a empresa executada oferecer para penhora um terreno urbano alienado fiduciariamente por força de cédula de crédito industrial e um imóvel rural hipotecado por força de cédula de crédito rural, apenas o segundo deverá ser objeto de constrição judicial.
- 132** No caso de sentença em embargos declaratórios ser proferida com efeitos modificativos do julgado embargado, pode-se inferir que, por sua natureza especial, tais embargos dispensaram a manifestação da parte embargada.

133 Fundamentando-se um recurso de revista em divergência jurisprudencial, os julgados confrontados podem ser procedentes de decisão do mesmo tribunal regional, desde que oriundos de turmas distintas. Já no que se refere ao recurso de embargos para a seção de dissídios individuais do TST, também fundado em divergência jurisprudencial, não é necessário que as decisões confrontadas sejam oriundas de turmas distintas do TST.

134 Para que se possa devolver ao TST o exame da incidência de prescrição, é necessário que o tema tenha sido prequestionado em decisão de tribunal regional do trabalho (TRT). Esse prequestionamento, contudo, será dispensável quando a violação tratada no recurso tiver nascido na própria decisão recorrida.

135 O recurso de revista não poderá ser fundado na divergência de interpretação de norma empresarial cuja observância seja restrita a apenas um estado-membro, ainda que se trate de norma que deva ser observada simultaneamente nas áreas de jurisdição de tribunais regionais do trabalho de regiões distintas.

Quanto ao TST, à sua composição e aos seus ministros, julgue os itens abaixo.

136 O TST é formado por dezessete ministros, nomeados pelo presidente da República após o nome de cada um haver sido aprovado pelo Senado Federal. Se, em determinada ocasião, o tribunal estiver com três vagas em seu quadro, cada nome a ser encaminhado em lista ao chefe do Poder Executivo deverá ser aprovado por, no mínimo, oito ministros.

137 Compete aos TRTs compor e remeter ao TST as listas sêxtuplas com os nomes dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) concorrentes à vaga de ministro do TST destinada ao Ministério Público.

138 Considere a seguinte situação hipotética.

Maria e Carmem são ministras do TST, ambas empossadas em 5/5/2003. Maria tem quarenta anos e foi nomeada em 17/3/2003, ao passo que Carmem tem 45 anos e foi nomeada em 2/4/2003.

Nessa situação, nos termos regimentais, Maria deverá ser considerada ministra de maior antiguidade em relação à ministra Carmem.

139 Considere a seguinte situação hipotética.

Os ministros A, B e C são, respectivamente, presidente, vice-presidente e corregedor-geral do TST. Um ano antes do prazo previsto para o término de seu mandato, o ministro A morreu.

Nessa situação, o ministro B assumirá a presidência do tribunal e deverá convocar sessão do Plenário para se eleger apenas o ministro que assumirá o cargo de presidente até o término previsto do mandato do ministro falecido.

Em relação à polícia e às comissões do TST, julgue os itens seguintes.

140 A Constituição da República atribui ao Ministério Público (MP) e não ao Poder Judiciário a competência para promover a ação penal e supervisionar as investigações necessárias a esse fim. Em consequência e estritamente de acordo com o Regimento Interno do TST (RITST), sempre que ocorrer infração penal nas dependências do órgão, deve o presidente do TST limitar-se a comunicar o fato ao MP.

141 A presidência de cada uma das comissões previstas no RITST caberá ao ministro eleito pelos componentes da respectiva comissão.

A respeito de competências no TST e especialmente as da Seção Administrativa do TST, julgue os seguintes itens.

142 Assim como ocorre em outros tribunais superiores, o Plenário do TST não tem competência de natureza verdadeiramente jurisdicional, uma vez que esta foi redistribuída às seções e ao órgão especial do TST. As competências do Plenário são eminentemente administrativas.

143 Nem todas as decisões dos TRTs em matéria administrativa comportam recurso administrativo dirigido à Seção Administrativa do TST.

No atinente ao MPT e à Secretaria-Geral do TST, julgue os itens em seguida.

144 A intervenção do MPT nos processos em curso no TST ocorre, basicamente, em três gêneros de casos: aqueles em que a lei ou o próprio RITST assim o determine, aqueles em que o relator considere que o MPT deva analisar a necessidade de manifestar-se na causa, em virtude da relevância dela, e aqueles em que o próprio MPT requeira tal intervenção, por julgar presente interesse público no feito.

145 Se um filho de um ministro em atividade no TST for empossado, em virtude de aprovação em regular concurso público, no cargo de auxiliar judiciário do quadro desse tribunal, ele poderá ser nomeado para ocupar cargo em comissão no órgão, desde que não tenha de servir junto ao referido ministro.

A respeito da distribuição e da uniformização da jurisprudência no TST, julgue os itens subseqüentes.

146 Considere a seguinte situação hipotética.

O ministro Carlos Silva, que tem 68 anos de idade e já conta com tempo de serviço suficiente para aposentar-se, protocolizou, em 5 de agosto de 2003, o requerimento de aposentação.

Nessa situação, os processos distribuídos ao ministro, sessenta dias antes da protocolização do requerimento e ainda não julgados, deverão ser distribuídos a outros ministros.

147 No TST, não é juridicamente cabível a instauração de incidente de uniformização de jurisprudência com base em acórdãos dissidentes proferidos por TRTs de regiões distintas.

No que tange a atos processuais e a processos, julgue os itens que se seguem.

148 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo era parte em processo com trâmite no TST e seu advogado substabeleceu em outro patrono a procuração que recebera, com reserva de iguais poderes para si. O novo advogado constituído requereu a juntada do substabelecimento e informou que, dali em diante, ambos os profissionais estariam habilitados a representar a parte.

Nessa situação, as intimações que tiverem de ser feitas nesse processo a partir da juntada do substabelecimento serão consideradas válidas se ostentarem o nome de qualquer um dos advogados, não sendo imprescindível que o nome de ambos apareça na publicação.

149 Compete ao STF julgar o mandado de segurança impetrado contra ato do presidente do TST.

150 Se estiver em tramitação processo de competência da Seção de Dissídios Individuais e uma das partes suscitar a inconstitucionalidade de lei relevante para o julgamento da causa, deverá a seção apreciar a arguição de inconstitucionalidade, após ouvido o Ministério Público, antes de ela ser levada à apreciação do Plenário; isso significa que a questão de inconstitucionalidade não será necessariamente submetida ao julgamento do Pleno.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo da prova discursiva**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A humanidade conheceu diversas formas de exploração do ser humano por meio do trabalho. A tão conhecida democracia ateniense já era uma sociedade escravagista e explorava o serviço escravo, fruto das conquistas de guerra. Essa situação chegava a ser encarada como natural e até indispensável, para que os “cidadãos” pudessem cuidar das atividades voltadas ao intelecto.

Internet: <://www.prt2.gov.br/tescr/trabesc.htm>
Acesso em 15/8/2003 (com adaptações).

O ciclo do trabalho escravo no Brasil chegou a este século alimentado pela impunidade. Na justiça federal, existe um único registro de condenação em sentença definitiva de um fazendeiro, que, em fevereiro de 1998, foi condenado a doar, mensalmente, durante um semestre, cinco cestas básicas à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Andréia Michael. *In*: **Folha de S. Paulo**, 6/4/2003 (com adaptações).

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, confia nos dados de organizações como a CPT, a Organização Internacional do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil, que dão conta da existência de cerca de 25 mil trabalhadores em condições semelhantes às de escravos no país. Ele defende a necessidade de ampliação da competência da justiça do trabalho para punir, no aspecto penal, os crimes contra a organização do trabalho, ao lado da aprovação da proposta de emenda constitucional que autoriza o confisco de terras onde se pratica trabalho escravo.

Internet: <://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45214.shtml>.
Acesso em 26/1/2003 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

RELAÇÕES DE TRABALHO, EXPLORAÇÃO DO HOMEM E IMPUNIDADE.